

# Economia.

Aerportômetro

658

dias para a conclusão da obra

 EDITORA:  
 JOYCE MERIGUETTI  
 jmeriguetti@redgazeta.com.br  
 Tel.: 3321.8327

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL ESTÁ LADEIRA ABAIXO

Comércio local paralisado e baixa procura externa pioram a situação

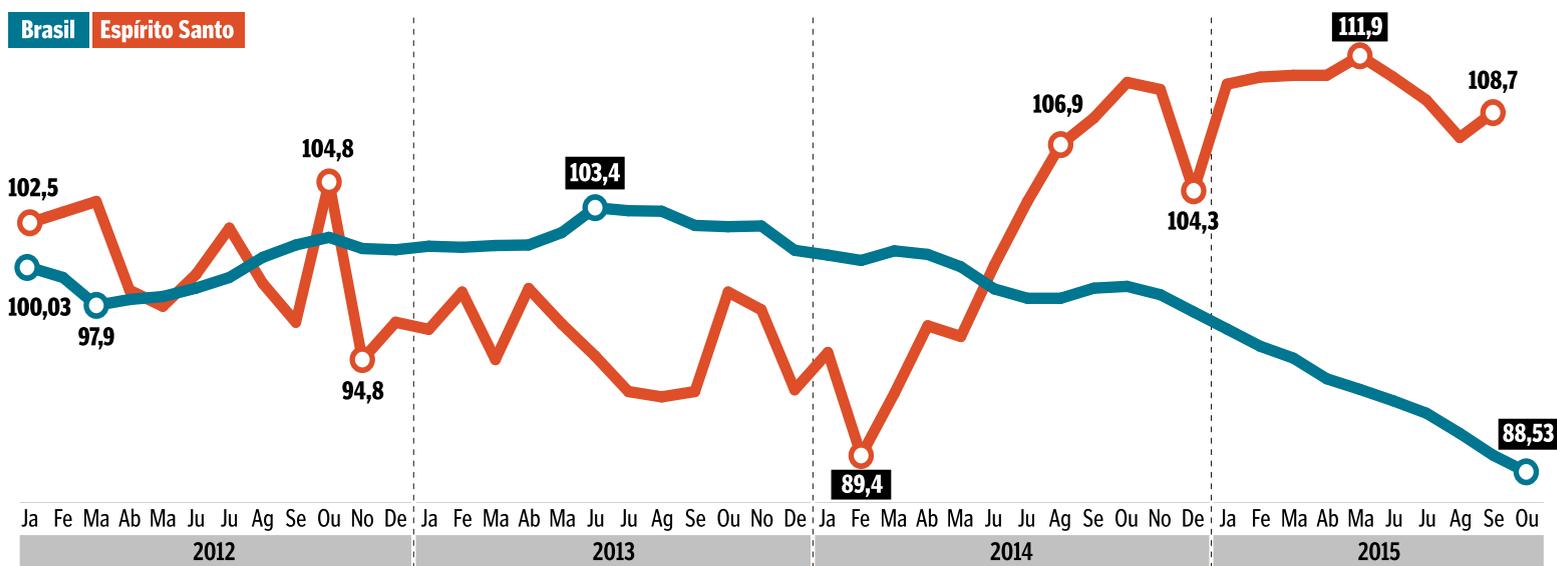
 MIKAELLA CAMPOS  
 mikaella.campos@redgazeta.com.br

Farol da economia, a indústria brasileira agoniza diante do aprofundamento da crise nacional ao mesmo tempo em que tem impedido o país de voltar para a rota do crescimento. Refém de uma combinação perversa – baixa procura no mercado externo e comércio local paralisado pela turbulência –, o setor não consegue impedir a trajetória de queda na sua produção física.

O indicador, aliás, alcançou em outubro um dos piores índices desde abril de 2009, com redução de 0,7% em relação a setembro. No ano, acumulou recuo de 7,8%. Os números são claros ao mostrar uma deterioração que afetará de forma expressiva o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Especialistas explicam que a indústria vem sofrendo as consequências da queda do investimento e da perda da competitividade no mercado mundial. E mesmo com o câmbio em alta, não consegue reagir e livrar o Brasil do ciclo de baixas, que inclui, neste ano, a perda de quase 820 mil postos de trabalho e a redução do poder de compra do consumidor por causa do avanço da inflação.

### PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA



Fonte: IBGE

Infografia | Marcelo Franco

Dos 26 setores industriais avaliados pelo IBGE na última pesquisa, 24 tiveram comportamento recessivo entre outubro de 2014 e o mesmo mês deste ano. “A produção tem apresentado recordes negativos históricos, uma redução acentuada no ritmo. O setor mais afetado é a indústria da transformação”, explica o coordenador de Indústria do IBGE, André Macedo.

Apesar da crise econômica neste ano, esse segmento dava sinais de que estava em declínio há mais tempo. O setor que tinha

### EM QUEDA

#### Comparação entre outubro de 2014 e outubro de 2015

- ▼ -11,2% produção geral
- ▼ -34,9% setor automotivo
- ▼ -35,8% informática e eletrônicos
- ▼ -18,6% derivados do petróleo e biocombustíveis
- ▼ -7,6% máquinas, aparelhos e materiais elétricos
- ▼ -21,7% produtos têxteis
- ▼ -24,6% móveis

participação de 15% no PIB do país em 2015, passou a concentrar uma fatia menor na economia: apenas 10% em 2014.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Marcos Guerra), aliado à alta carga tributária e à burocracia, as crises política e econômica foram determinantes para o enfraquecimento do setor industrial. “Sem investimentos, é impossível o país voltar a crescer. Não há vestígios de que o governo federal terá condições de investir em grandes proje-

tos”, afirma. Ele ainda critica a dificuldade de a União discutir temas importantes para o desenvolvimento nacional. “A economia está indo para o ralo. Não existem políticas voltadas para o comércio, nem para a indústria. Os setores estão abandonados”, analisa.

Projeções feitas pelo mercado financeiro apontam para uma queda de até 3,5% do PIB neste ano. Alguns pessimistas preveem um tombo ainda maior: de até 4%. Na visão do coordenador de macroeconomia do Instituto Jones dos Santos

Neves, Victor Toscano, a queda do PIB brasileiro é reflexo de um efeito cascata da recessão: “Temos uma baixa produção industrial, que estimula queda no consumo, que aumenta o desemprego e ainda reduz a renda da população”, analisa.

O retrocesso industrial tem afetado, segundo ele, setores intermediários, como a logística. “Se a produção está em baixa, há uma menor compra de máquinas e equipamentos, principalmente importados. É aí que o setor logístico também é prejudicado”, explica.

## Indústria tem grande peso no crescimento

O papel da indústria no desempenho da economia é crucial. O crescimento da produção sinaliza uma tendência positiva para os demais segmentos, como comércio e serviços. Quanto maior o volume de fabricação, mais participação esse setor tem no PIB. E é isso que faz a economia de um país ou de

um Estado crescer.

No entanto, o Brasil vive uma apatia que tem sido decisiva para a desvalorização da indústria. Mas o mercado externo tem piorado o quadro, já que o setor também tem padecido com a queda nos preços das commodities e, mais ainda, com o efeito China.

O gigante asiático, que

por muitos anos era o maior consumidor de produtos brasileiros, principalmente do setor extrativo, como minério de ferro, reduziu o apetite. O resultado é uma piora do quadro de uma atividade que já estava no CTI.

“A China, há dois anos, passou a mudar o perfil de compras. Ela está parando

de comprar matéria-prima como minério de ferro, usado em grandes construções, para demandar alimentos. O setor extrativo, o único que vinha mantendo crescimento no país, dá indicações de que também vai perder produtividade”, explica o coordenador de macroeconomia do Instituto Jones, Victor Toscano.

RICARDO MEDEIROS/ARQUIVO



Minério de ferro: China reduziu compras do Brasil

miriamleita@oglobo.com.br

MÍRIAM  
LEITÃO

*A leitura da lei e de todas as suas minúcias desfaz a ideia de que há um golpe em andamento, como quer fazer crer o governo*

## Os passos da lei

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, alerta que a tramitação do impeachment é mais longa do que está sendo entendida. “Há dois estágios para a Comissão Especial, e este que começa agora é apenas para analisar se o documento merece ser apreciado. O contraditório virá apenas em etapa posterior”. Na visão dele, o Congresso não deveria entrar em recesso “com o país afundando”.

Pela lei 1.079, de 1950, que trata dos processos de impeachment, a Comissão Especial nesta primeira fase não está julgando nada.

“Depois reclama-se que está havendo judicialização. Eu não estou entendendo o que eles estão fazendo. Nesta primeira fase, a Comissão Especial tem apenas que considerar se aquela denúncia acolhida pelo presidente da Câmara merece apreciação ou não. Porque não é o presidente da Câmara que decide isso. Seria dar muito poder a uma pessoa”, explicou Mello.

Segundo o ministro, o que o presidente da Câmara faz é ver se o documento pode ir adiante, e se ele não agisse assim estaria prevaricando. A Comissão faz essa primeira avaliação sobre se a denúncia

deve ser apreciada, e emite um parecer, que é enviado ao plenário, lido no expediente, distribuído e, 48 horas depois, votado. Se a denúncia não for arquivada, haverá a segunda etapa de ouvir testemunhas, o denunciante e o denunciado:

“Nesta segunda etapa é que se dá o contraditório e, após isso, a Comissão dá o parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia. A lei é clara. No artigo 22 diz que só depois de o parecer da comissão especial ser aprovado é que começa de fato o contraditório”.

O ministro acha que o debate sobre recesso também está mal colocado:

“Pela ordem natural das coisas, o Congresso não pode entrar em recesso em uma situação como essa. Aliás, ele pode ser convocado por apenas um terço dos seus membros, caso esteja em andamento um processo de impeachment. O Congresso não pode entrar em recesso com o país afundando”.

A leitura da lei e de todas as suas minúcias desfaz a ideia de que há um golpe em andamento, como quer fazer crer o governo. A democracia pela qual se lutou no Brasil não está em risco. O impeachment é um processo natural, legal, constitucional, e a denúncia pode ser apresentada por qualquer cidadão. Se ela não tiver embasamento não tramita, se tramitar e for improcedente será derrubada. Há várias fases, prazos para defesa, e basta um terço para arquivar.

A lei que define os crimes de res-

## Os pontos-chave

1

Ministro Marco Aurélio alerta para interpretação errada da lei do impeachment

2

Comissão Especial agora apenas vê se denúncia merece apreciação, e só depois avalia o mérito

3

Lei do impeachment é clara ao estabelecer que crimes orçamentários podem levar à perda do mandato

ponsabilidade e regula o processo de impeachment foi sancionada pelo presidente Gaspar Dutra e teve pequenas alterações através da lei 10.028 de 2000. Seu texto é bastante duro e bem claro. Diz que a simples tentativa de cometer alguma infração estabelecida pela lei já seria motivo para abertura de processo de impedimento. O capítulo VI, artigo 10º, define quais são os crimes contra a Lei Orçamentária que estão sujeitos ao processo de impedimento.

Entre eles, está o parágrafo 6: “or-

denar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal”. E proíbe, no parágrafo 4, “infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária”.

Caberá a discussão se os seis decretos de crédito suplementar baixados pela presidente, sem ouvir o Congresso, ferem a lei ou não. O governo tem dito que a nova meta fiscal aprovada em dezembro resolveria todos os problemas dos decretos de junho.

Há, ainda, discussão em aberto sobre se atos do mandato anterior podem ou não ser considerados em qualquer processo como este. O artigo 86 da Constituição diz apenas que o presidente não pode ser julgado, na vigência do seu mandato, “por atos estranhos ao exercício de suas funções”. Portanto, o que a presidente Dilma fez em 2014 pode sim fundamentar o julgamento.

Debater isso não ameaça a democracia, o novo mandato não anistia a presidente do que ela fez no governo passado e, além disso, houve decretos contrários à lei neste ano de 2015. A tramitação é longa, o número de votos que o governo precisa é apenas de um terço e não faz sentido o Congresso entrar em recesso numa hora dessas.

Você mais próximo de grandes momentos: compre de um jeito prático e seguro.

Sicoobcard. Suas compras podem se transformar em grandes momentos.

Central de Atendimento Sicoobcard. Regiões Metropolitanas: 4007 1256. Demais Regiões: 0800 702 0756. Ouvidoria: 0800 725 0996. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458.



Sicoob. O mais próximo de você.

www.sicoobes.com.br

CRIATIVA

## BOLETIM FOCUS

## Mercado prevê queda de 3,5% do PIB

## Estimativa do Banco Central para a inflação oficial, este ano, subiu para 10,44%

« A previsão dos economistas do mercado financeiro é que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) feche 2015 em 10,44% e o Produto Interno Bruto (PIB) registre queda de 3,5%. Se confirmado, será o pior resultado em 25 anos, ou seja, desde 1990 – quando hou-

ve retração de 4,35%.

Os valores estão acima das estimativas divulgadas na semana anterior pelo boletim Focus, do Banco Central. No último boletim, o mercado previa que o IPCA chegaria a 10,38% no final deste ano e que o PIB recuaria 3,19%.

Para 2016, a expectativa subiu para a inflação oficial, para 6,7%, e para a queda do PIB, -2,31%. Essa foi a décima primeira alta seguida no indicador de inflação.

Já se a previsão para o PIB



ARQUIVO

Dólar pode fechar 2016 cotado a R\$ 4,20, diz BC

negativo se concretizar, será a primeira vez que o país registrará dois anos seguidos de contração na economia. Na semana passada, o IBGE informou que a economia brasileira registrou retração de 1,7% no segundo trimestre de 2015 em relação aos três meses anteriores, e o país segue em recessão.

Após o Banco Central ter mantido os juros estáveis em 14,25% em novembro, o maior patamar em nove anos, o mercado subiu a estimativa da Selic

em 2016 de 14,13% para 14,25% ao ano.

Já a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2015 ficou mantida em R\$ 3,95 por dólar. Para o término de 2016, a previsão dos analistas para a taxa de câmbio ficou estável em R\$ 4,20. A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2015 ficou igual ao da última projeção: US\$ 15 bilhões de resultado positivo.